

## Sumário

1. Introdução .....	1
2. Notas sobre os Fundamentos e a Fundação da Liberdade de Expressão.....	11
2.1. Os fundamentos da liberdade de expressão.....	11
2.2. A fundação da liberdade de expressão no direito norte-americano: o período colonial.....	14
2.3. A fundação da liberdade de expressão no direito norte-americano: da Primeira Emenda à Lei de Sedição.....	22
2.4. A fundação da liberdade de expressão no direito norte-americano: os debates sobre a Lei de Sedição e o surgimento de uma teoria democrática.....	26
3. Liberdade de Expressão, Honra e Censura Judicial .....	31
3.1. Os limites e as restrições do direito à liberdade de expressão.....	31
3.2. O que é a honra e em que medida deve ser protegida?.....	33
3.3. Censura e autocensura como meios de restrição da liberdade de expressão .....	42
3.4. O poder judiciário como órgão de censura aos jornalistas brasileiros.....	47
4. A Doutrina da Malícia Real como Meio de Proteção da Liberdade de Expressão .....	55
4.1. A posição preferencial da liberdade de expressão em assuntos de interesse público: introdução.....	55
4.2. A doutrina da malícia real aplicada ao conflito entre a liberdade de expressão e a honra: o caso New York Times v. Sullivan e a proteção da liberdade de expressão em ações propostas por agentes públicos .....	57
4.3. Os elementos da doutrina da malícia real: possibilidades de aplicação no direito brasileiro .....	74

4.3.1. O elemento subjetivo na doutrina da malícia real: dolo direto ou eventual .....	74
4.3.2. O agente público na doutrina da malícia real.....	80
4.3.3. O ônus da prova e a necessidade de demonstrar a falsidade dos fatos que violam a honra .....	81
4.4. A doutrina da malícia real e a responsabilidade criminal .....	85
5. Os Desdobramentos da Aplicação da Doutrina da Malícia Real: as Figuras Públicas, a Diferença entre Afirmação de Fatos e Expressão de Opiniões e as Manifestações Ofensivas .....	89
5.1. A proteção da liberdade de expressão em ações propostas por candidatos a cargos eletivos, figuras públicas e particulares.....	89
5.1.1. Candidatos a cargos eletivos.....	89
5.1.2. Figuras públicas.....	91
5.1.3. Particulares .....	96
5.2. Afirmação de fatos, expressão de opiniões e a proteção da liberdade de expressão.....	102
5.3. Paródias, sátiras, insultos, epítetos, hipérboles retóricas e outras manifestações de críticas ofensivas .....	105
5.4. Os critérios de proteção da liberdade de expressão na doutrina da malícia real .....	113
6. A Posição Preferencial da Honra no Direito Brasileiro .....	117
6.1. Direito vigente e as normas que regulam a liberdade de expressão e a honra no ordenamento jurídico brasileiro .....	117
6.2. A ponderação como forma de solução de conflitos entre direitos fundamentais e a ausência de critérios objetivos de proteção da liberdade de expressão no Brasil .....	122
6.3. A responsabilidade civil por violação à honra como meio de restrição da liberdade de expressão na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	134

6.4. Perspectivas para a solução do problema da posição preferencial da honra no direito brasileiro.....	163
7. Proposta de Solução para o Problema da Censura Judicial Material: a Via Judiciária.....	165
7.1. Supremo Tribunal Federal: necessidade de modificação da jurisprudência em favor da efetiva proteção da liberdade de expressão.....	165
7.1.1. Panorama da (in)admissibilidade dos recursos extraordinários, versando sobre o conflito entre os direitos fundamentais à liberdade de expressão e à honra.....	165
7.1.2. O direito à liberdade de expressão e a jurisprudência do STF .....	176
7.1.3. As decisões proferidas em sede de fiscalização abstrata de constitucionalidade .....	178
7.1.4. As decisões proferidas em sede de reclamação.....	183
7.1.5. O direito de crítica e as decisões proferidas pelo Ministro Celso de Mello em favor da liberdade de expressão .....	187
7.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos: aplicação da jurisprudência interamericana em defesa da liberdade de expressão no direito brasileiro .....	194
7.2.1. O direito à liberdade de expressão na jurisprudência interamericana e a doutrina da malícia real. ....	194
7.2.2. Os fundamentos da jurisprudência interamericana: as duas dimensões da liberdade de expressão e o padrão democrático .....	197
7.2.3. Os critérios para imposição de responsabilidade por violação à honra na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	202
7.2.4. A crítica aos agentes públicos e às figuras públicas.....	204
7.2.5. A liberdade de expressão no período eleitoral .....	209

7.2.6. A necessidade de tipificação expressa, precisa e taxativa dos crimes contra a honra. O ônus da prova. A diferença entre a afirmação de fatos e a emissão de opiniões .....	213
7.2.7. Considerações finais sobre a jurisprudência interamericana .....	220
8. Proposta de Solução para o Problema da Censura Judicial Material: a Via Legislativa.....	225
8.1. Congresso Nacional: a necessidade da promulgação de lei de proteção da liberdade de expressão e da adoção da doutrina da malícia real no direito brasileiro .....	225
8.2. As leis e projetos de lei nos ordenamentos jurídicos estrangeiros.....	231
8.3. A doutrina da malícia real e os critérios a serem adotados pelo anteprojeto de lei brasileiro.....	235
8.4. As regras previstas no anteprojeto de lei .....	240
8.4.1. Agente público e figura pública .....	241
8.4.2. A afirmação de um fato falso e difamatório e a emissão de opiniões .....	242
8.4.3. O dolo como elemento subjetivo.....	244
8.4.4. Ônus da prova e verdade .....	245
8.4.5. Responsabilidade solidária e limitação do valor da indenização.....	249
9. Conclusão .....	253
Anexo. Anteprojeto de Lei de Proteção do Direito à Liberdade de Expressão e de Imprensa .....	257
Justificação .....	265
Referências Bibliográficas .....	271